

O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO EM DEBATE

José Pereira da SILVA¹

1. O caráter político do Acordo Ortográfico

Como cidadão brasileiro e como homo politicus, integrado ao universo da lusofonia, nesta “aldeia global”, em que a comunicação circula sem fronteiras entre os usuários dos mesmos códigos linguísticos, sou plenamente favorável ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Naturalmente, levará mais vantagens sociais quem possuir melhor possibilidade de comunicação com o restante do mundo. E, como o homo economicus está preocupado em ter domínio sobre o restante dessa aldeia comunicativa, a utilização de um padrão unificado de ortografia terá repercussão positiva nesse sentido.

Acredito piamente que este será um acordo bem sucedido, ao contrário de todas as tentativas até hoje frustradas de unificação de nossa ortografia.

Como a própria palavra “acordo” evidencia, não se trata de uma solução científica ou técnica para solucionar questões de linguística ou de ensino da língua, mas de uma decisão de política linguística que, naturalmente, terá reflexos em todas as atividades que envolvam a utilização da língua escrita no padrão culto ou oficial.

Em ciência não se faz acordo. Ou se convence à facção divergente, ou se convence de que o rival tem razão, ou cada parte continua suas reflexões na busca da melhor solução, aproveitando, naturalmente, as contribuições encontradas nos argumentos das outras correntes.

No caso presente, trata-se de um “acordo”. Portanto, seria absolutamente impossível que uma das partes ficasse inteiramente satisfeita

1. UERJ. pereira@filologia.org.br

com os resultados. Todos tiveram de ceder em parte para se chegar a um termo de negociação. Afinal de contas, acordo não presume imposição de nenhuma das partes. Está claro que esta é uma atividade política e não científica ou técnica.

Entre os negociadores desse Acordo não estavam apenas profissionais da política, mas também homens dedicados ao ensino e à pesquisa: educadores, escritores, filólogos e linguistas, todos em uma função basicamente política.

Apesar de sermos muito mais numerosos que os restantes usuários da língua portuguesa como língua oficial, não somos seus donos. A língua pertence a seus usuários. Portanto, somos todos condôminos. Todos temos os mesmos direitos linguísticos.

A unificação ortográfica não foi feita para resolver as questões do ensino ou da educação, mas questões de política linguística, que, é óbvio, interessa aos educadores. Como todas as ações políticas de grande alcance, afeta a grande parcela da sociedade e a algumas muito mais profundamente do que a outras.

Aliás, é importante fazer um destaque aqui para uma expressão bastante utilizada nos comentários sobre esse tema, que é a informação de que se trata de uma “reforma ortográfica”.

Como bem lembra Carlos Alberto Faraco,

O Acordo de 1990 não propôs uma “reforma” da ortografia. Ou seja, em nenhum momento se mexeu nas linhas mestras do sistema ortográfico. O que o Acordo estabeleceu foram pequenas mudanças (todas marginais, nenhuma nuclear) para garantir o fim da duplicidade ortográfica. (FARACO, 2009)

2. Importância do Acordo Ortográfico para os países lusófonos

No mundo há numerosos países que utilizam a língua portuguesa como língua de cultura, pois nem todas as milhares de línguas existentes têm esse status. Mas são apenas oito os países da CPLP (Angola,

Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) que a têm como sua língua oficial.

Quase 240 milhões de indivíduos desses países² se orgulham de se comunicarem em português, entre os quais, mais de 190 milhões de brasileiros, além, naturalmente, de grande número de indivíduos que o utilizam como segunda língua.

Entre as línguas de cultura de origem europeia, o português é a terceira mais falada, depois do inglês e do espanhol; mas é a segunda, se a considerarmos como primeira língua, pois o domínio da hispanofonia é menor que o da lusofonia como língua materna, visto que, mesmo na Espanha, o espanhol é segunda língua para milhões de indivíduos. No mundo, o português é o quarto, quinto ou sexto idioma mais falado, onde o mandarim e do híndi se classificam como o primeiro e o terceiro, respectivamente, intermediados pelo inglês.

Tendo dois sistemas ortográficos, o português não podia ser contado como língua de cultura tão amplamente expandido, pois a língua de cultura é representada por um padrão de língua escrita culta e o Brasil ficava isolado dos outros sete países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que utilizam o sistema ortográfico de Portugal.

3. Essas mudanças não terão o mesmo impacto em toda a extensão da lusofonia

O Brasil sentirá menos as mudanças porque elas ocorreram praticamente só na acentuação gráfica e na hifenização, enquanto os outros países tiveram de abrir mão de numerosas letras que só eram utilizadas por força da origem das palavras (da etimologia), sem qualquer amparo na pronúncia (ou na fonética).

Para essas palavras, a fundamentação ortográfica deixa de ser basicamente etimológica para ser fonética.

2. Segundo o Index Mundi (<http://www.indexmundi.com/>), os oito países que têm o português como idioma oficial têm mais de 239.646.701 habitantes, visto que sua estatística de 2008 dá esses números: Angola (12.531.357 hab.), Brasil (191.908.598 hab.), Cabo Verde (426.998 hab.), Guiné-Bissau (1.503.182 hab.), Moçambique (21.284.701 hab.), Portugal (10.676.910 hab.), São Tomé e Príncipe (206.178 hab.) e Timor Leste (1.108.777 hab.).

Portugal sentirá mais as mudanças, porque o percentual de usuários da língua escrita nas ex-colônias africanas e no Timor Leste ainda é menor, o que neutralizará a resistência e a dificuldade de adaptação. Na verdade, para quem ainda não tem o domínio da ortografia, o novo sistema será mais fácil de aprender do que o anterior.

Mário Alberto Perini é de opinião que os países mais pobres sentirão mais essas mudanças, dizendo que “quanto mais pobre o país, mais vai sentir o efeito dessa substituição” (Perini, 2009), exemplificando com Guiné-Bissau, em que apenas uns 13% da população fala o português.

Acredito piamente que meu Amigo Mário está equivocado, pois pouquíssimos desses guineenses lusófonos (que são menos de 200.000) utilizam a língua escrita padrão ou se preocupam com a sua ortografia. Em Moçambique, uns quatro milhões sabem português, mas é de pouco mais de um milhão os que o falam como primeira língua. Em Angola, mais de sete milhões falam português, mas são menos de quatro milhões os que o têm como primeira língua. Está claro que é bem pequeno o percentual de lusófonos que serão atingidos pelas normas ortográficas nesses países, pois elas serão obrigatórias apenas em algumas situações e por uma pequena parcela da sociedade.

4. Benefícios que o Acordo trará para o Brasil

Há quem diga que não haverá nenhum benefício, avaliando como uma inutilidade todo esse trabalho. Noutras palavras, os políticos, acadêmicos e intelectuais que vêm lutando há décadas para conseguir implementar esse acordo são pouco inteligentes e desprovidos de bom senso. É preciso ser muito capaz para conseguir justificar essa avaliação.

Pelo contrário, além da simplificação do ensino da acentuação gráfica e da hifenização, de que trataremos mais adiante, teremos outros ganhos nada desprezíveis. E não serão ganhos exclusivos para o Brasil

ou para os brasileiros.

a) Na relação internacional entre esses oito países e com os demais países do mundo, teremos um importante e fundamental benefício, que será o da agilização de processos em nossa política e negócios exteriores, para os quais não será necessária mais a duplicação de documentos oficiais. Com a unificação ortográfica, passa a haver grande possibilidade de termos nossa língua oficializada na Organização das Nações Unidas, o que nos trará ganhos políticos e economia nas relações internacionais entre seus integrantes (praticamente todos os países do mundo).

Todos nos lembramos do constrangimento pelo qual passamos quando aquele banqueiro brasileiro foi preso em um país europeu, mas o juiz não aceitou a documentação apresentada em português para a sua extradição, apesar de serem oficiais em toda a Europa as línguas dos países integrantes da União Europeia. É que o texto não estava redigido no que oficialmente é reconhecido ali como “língua portuguesa”, que é a de Portugal, pois o Brasil não faz parte daquela comunidade nem escreve do mesmo modo que os portugueses.

b) Teremos maior possibilidade de ampliar o chamado “ensino a distância” pelos sistemas virtuais de ensino, para atingir o usuário da língua escrita em qualquer lugar em que estiver.

É natural que um russo e um chinês, que têm sistemas linguísticos bem diferentes do nosso, terão dificuldades ao comparar o português com o espanhol e com o galego. Para eles, às vezes, as diferenças entre um pequeno texto brasileiro e um português são maiores do que entre esses e um texto espanhol ou galego. E como explicar ou justificar essas discrepâncias a esses estrangeiros?

c) Teremos um significativo barateamento nas grandes edições de livros, considerando-se que será bastante ampliado o seu mercado. Naturalmente, isto implicará em economia na compra de livros (em que o governo

gasta bilhões!..). Economia esta que poderá reverter no aumento do acervo nas bibliotecas ou em outro remanejamento que se mostrar conveniente.

Alguns livros de referência, como o Dicionário Houaiss, por exemplo, são editados duas vezes: uma na ortografia brasileira e outra na ortografia portuguesa. Outros, como o Dicionário Aurélio, são editados com duas entradas para cada verbete: uma na ortografia brasileira e outra na ortografia portuguesa, ampliando desnecessariamente o número de verbetes e o preço do livro.

d) A política de expansão de uso da língua portuguesa será barateada e ampliada, possibilitando um rápido aumento do número de usuários do português como segunda língua, como é esperado, inicialmente, nos países do Mercosul e nos países lusófonos em que o português é apenas uma das suas línguas oficiais. Países da CPLP como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau poderão receber doação de livros de outros países para ampliar o uso do idioma e o processo de unificação ortográfica.

5. Transição para a implementação do Acordo Ortográfico

Segundo o Decreto no 6.583, assinado pelo Presidente Lula, o Acordo deve ser implementado, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012, que é um período razoável e suficiente.

Para quem quiser, o novo sistema será fixado em poucos meses. Nem seria necessário um ano. Mas, é óbvio, existem os desinteressados, que só farão qualquer esforço quando forem obrigados a isso, e existem os resistentes, que farão o possível para manter o status quo, mesmo sem dominar completamente o sistema atual, como é o caso da sua maioria.

Tempo, aliás, não é algo que se mede apenas com o cronômetro. Cada um de nós tem o seu sistema pessoal de medida do tempo, assim

como há o tempo psicológico, que varia de acordo com o estado de espírito do indivíduo.

Na entrevista referida, Perini (2009) lembra que, “para aprender toda a reforma não é preciso ler nenhum livro. Carlos Alberto Faraco, da Universidade Federal do Paraná, resumiu tudo em uma página” (Cf. Faraco, 2008).

Aliás, o próprio Faraco conta em um de seus artigos para a CBN Curitiba:

Um jornalista me perguntou quanto tempo uma pessoa precisaria para dominar as mudanças. Quando lhe disse que bastariam uns quinze minutos, ele ficou espantadíssimo e insistiu: “Quinze minutos por dia? Por quanto tempo?” Foi difícil convencê-lo de que bastavam quinze minutos no total. (Faraco, 2009)

6. Simplificação na grafia das palavras

O sistema de acentuação gráfica será bastante simplificado, eliminando diversos acentos que não tinham qualquer fundamentação teórica razoável para sua fixação, como o trema nos grupos “güe, güi, qüe, qüi”, os acentos diferenciais (pára, pêlo, pélo, pólo etc.), os acentos circunflexos em palavras terminadas em “ôo(s)” e “êem”, o acento agudo no “i” e no “u” tônicos na penúltima sílaba quando precedidos de semivogal e o acento agudo no “u” tônico seguido de “e” ou “i” no final de verbos, além de outros. Com isto, podemos ensinar ortografia com muito mais lógica e inteligência do que anteriormente, quando tínhamos de forçar nossos alunos a decorar muitas regras sem justificativas racionais.

É importante lembrar que não foi acrescentada nenhuma letra e nenhum acento gráfico na grafia das palavras. Só houve redução, tanto de acento quanto de letras.

No caso da hifenização também a simplificação foi bem grande, apesar de terem permanecido vários casos que ainda deverão ser resol-

vidos no futuro ou (queira Deus!...) com o novo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras, que está chegando por aí. Neste caso, a negociação foi mais técnica do que política, pois as discrepâncias eram enormes, tanto no Brasil quanto nos outros países. A simplificação se baseou em uma pesquisa de corpus, com análise dos principais dicionários e de outros textos selecionados.

Aquelas numerosas regras de hifenização depois de prefixos puderam ser amplamente simplificadas, de modo que a maioria ficará reduzida a uma única regra, em que “se utilizará o hífen na separação dos dois elementos quando o segundo começar com h ou com a mesma letra que terminar o primeiro”.

Há pessoas que até hoje não entenderam que a ortografia não é responsável pela pronúncia das palavras. A língua falada tem uma grande variação, que jamais poderia ter representação em um sistema de escrita. Trata-se de outra convenção do mesmo sistema linguístico, diferente em sua produção e diferente em sua percepção. Aliás, são raríssimas as palavras que conhecemos primeiramente pela escrita. Aprendemos a falar, ouvindo outros falantes.

Assim como há pessoas que pronunciam “questão” com ou sem a articulação do “u”, ou “rapaz” com formas diferentes de articulação do “r” forte ou da sibilante “z” ou mesmo acrescentando-lhe uma semivogal não escrita, há numerosas outras variações que seriam impossíveis de sistematização em uma norma escrita.

7. Base teórica para a organização das mudanças

Numerosas reuniões de especialistas foram feitas nessas últimas décadas para se chegar a uma negociação possível. Aliás, este é um sonho mais que centenário dos brasileiros, que em 1907 já tentaram simplificar e uniformizar o nosso sistema ortográfico, capitaneados pelo

grande Machado de Assis, na Academia Brasileira de Letras.

Desde que o governo português aprovou um sistema ortográfico oficial para uso burocrático e escolar (1911), nossos intelectuais e nossas academias vêm tentando uma solução unificadora para a nossa ortografia, infelizmente sem sucesso.

Nosso sistema ortográfico se baseia, fundamentalmente, na Ortografia Nacional, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, publicada em 1904. Todos os sistemas já aprovados até hoje, tanto em Portugal quanto no Brasil, tiveram essa mesma base. Foi assim em 1911, em 1931, em 1945, 1975, 1986, 1988 e 1990.³

Dizer que não há fundamentação seria o mesmo que dizer que não seguiu nenhuma das fundamentações com exclusividade? Isto é natural, visto que também os filólogos e linguistas, apesar de poucos, não pensam uniformemente. Mas, uma base, sempre houve e foi sempre a mesma.

Para se ter uma ideia de que não se trata de algo feito “nas coxas”, a Academia Brasileira de Letras foi eleita como o árbitro para decidir sobre os casos omissos e ambíguos do Acordo, através do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, para cuja coordenação foi nomeado o professor e acadêmico Evanildo Cavalcante Bechara. Na sua elaboração trabalha, há meses, uma equipe de reconhecidos linguistas e filólogos, na tentativa de encontrar a melhor solução para todos esses casos. Além disso, sabemos que, apesar dos esforços, é improvável que a sua primeira edição saia sem erros ou possibilidades de retoques.

É importante lembrar novamente que esse Acordo não resultou numa mudança do sistema ortográfico, mas apenas em uma unificação. Isto significa, basicamente, que os princípios teóricos são os mesmos que regeram a primeira e única reforma ortográfica que nossa língua já teve, que foi a que se implantou em Portugal em 1911. Tudo o mais está fundamentado nos mesmos princípios, que tiveram sua primeira reda-

3. O acordo de 1975 e o de 1988 não chegaram a ser assinados conjuntamente, mas serviram de base para os debates que resultaram neste de 1990.

ção no livro de Gonçalves Viana (1904), fazendo-se as adaptações necessárias para se negociar entre os sete países que assinaram inicialmente o texto de 1990.

8. Mudança ortográfica de maior importância

Para os professores brasileiros, a mudança mais importante é a que resulta na simplificação da acentuação gráfica, que tornará mais leve o ensino da comunicação escrita em português. A simplificação da hifenização tinha tudo para ser a mais importante, mas ainda não conseguiu atingir o nível esperado, que pode não ser possível no estágio atual da língua.

Para os portugueses, com certeza, a eliminação das “consoantes mudas” foi a mudança mais importante, porque aquelas grafias nunca podiam ser claramente explicadas aos estudantes de ensino fundamental, visto dependerem de conhecimentos etimológicos ainda não possíveis nesta fase da aprendizagem. Para um estrangeiro, então, a dificuldade para o ensino com aquelas “consoantes mudas” parece ser insuperável, principalmente quando se trata de falante de língua não europeia ou não influenciada pela escrita latina. Agora, tudo leva a crer que será muito mais simples.

Há brasileiros que implicam com a supressão do trema, achando isto uma “barbaridade” e se esquecendo de que os portugueses já o fizeram há mais de sessenta anos e não sentem nenhuma falta dele. Como são, naturalmente, daqueles que valorizam o que incomoda ou desagradam, consideram essa alteração importante, relacionando-a com a ilusão de que a ortografia deve refletir a língua falada.

9. Mudança inadequada ou irrelevante

Há situações irrelevantes para nós brasileiros, mas relevantes para os outros, como é o caso da eliminação do hífen que separa a preposição

“de” do verbo “haver” em expressões como “Hei-de chegar cedo hoje”.

Há registros de exceção para o uso do hífen em palavras compostas de áreas específicas (como da Botânica e da Zoologia), de aceitação livre de grafias consagradas pelo uso de grupos especiais, como é o caso dos nomes bíblicos. Há outros casos aparentemente inadequados, como são algumas intromissões em assuntos de morfossintaxe. Mas acho também pouco produtivo dar relevo a coisas irrelevantes.

Para relacionar as normas específicas de áreas ou especialidades, teríamos de registrar as especificidades das normas da ABNT, as regras específicas da Antropologia e de muitíssimas outras. Tudo isto, a meu ver, é irrelevante.

10. Adequação dos professores às mudanças ortográficas

Com certeza se adequarão rapidamente, mas não sem algum esforço, pois o hábito arraigado e fixado em anos de estudo e prática de leitura e escrita, com certeza não será excluído com naturalidade. Mas, esteja certo, os professores brasileiros são muito dedicados e se esforçarão para estarem prontos em 2010 para começarem a ensinar de acordo com as novas regras.

As academias, associações de classe, clubes, universidades e prefeituras de todo o país desenvolverão pequenos cursos de reciclagem para seus professores e isto se fará sem grandes traumas.

Naturalmente, alguns professores de outras áreas farão resistência, mais por comodismo do que por convicção, principalmente os que nunca se preocuparam em escrever corretamente. Não estarão entre esses, é certo, os professores de ensino da língua portuguesa. Em 2010, todos os professores de Língua Portuguesa estarão atualizados relativamente às novas regras ortográficas, mas é possível que isto não ocorra ainda com os demais docentes de ensino fundamental e médio. O professor de Português

que não estiver atualizado terá dificuldades para se manter nas salas de aula, pois terá de “remar contra a maré”. Os próprios alunos, naturalmente, forçarão seus professores a se atualizarem ou serem ridicularizados.

Para facilitar, os livros didáticos publicados no Brasil a partir deste ano estão sendo revisados de acordo com a nova ortografia, assim como os principais jornais escritos.

11. Outros acordos serão necessários para aperfeiçoar o atual

Se tudo der certo, este será, de fato, o primeiro Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, visto que nenhum dos anteriores foi implementado. Também é esta a primeira vez que entraram na negociação os oito países da lusofonia, pois somente na segunda metade do século XX se tornaram independentes os países africanos e o Timor Leste.

É a primeira vez, também, que o Acordo continua sendo negociado por mais de duas décadas, mesmo depois de ter seu texto definitivamente aprovado. De certo modo, isto também facilita para deixar mais próxima uma nova rodada de negociações, visto que a realidade linguística não permanece a mesma por mais que três gerações. E, no caso presente, uma geração se esgotou até que sua implementação se começasse.

12. O Acordo Ortográfico poderia ter sido mais radical

Questionado por Artarxerxes Modesto da Letra Magna, Perini respondeu que o ideal seria:

Unificar a grafia de certos fonemas, e passar a escrever jente, sidade, caza e xuva. Aí sim, estaríamos facilitando a ortografia. Mas, embora essa seja uma solução linguisticamente defensável, não passaria pela barreira de inércia que bloqueia as reformas na área de Língua Portuguesa – barreira representada pela tradição gramatical, pelo pouco preparo dos professores e pela resistência da população em geral, que imagina que mudar a ortografia é desfigurar a língua. (Perini, 2009)

Como se vê, o que defende Perini é, de fato, uma reforma orto-

gráfica, pois seriam mudados os princípios que regem as normas da ortografia da língua portuguesa, ao contrário do caso presente, em que os princípios básicos se mantiveram os mesmos, buscando-se, simplesmente, uma unificação dos dois sistemas coexistentes.

Na verdade, esta é uma ideia progressista que não tem possibilidades de ser implementada, como bem percebeu seu proponente, mas há várias situações que já poderiam ter sido resolvidas se não se colocasse tanto peso na tradição linguística, deixando as soluções das pendências fora do alcance das paixões e das emoções.

Tecnicamente, muitas das questões pendentes deste Acordo estariam resolvidas, se para isto se houvesse escolhido, através de uma consulta ampla à classe letrada dos países integrantes da CPLP, uma equipe representativa para negociá-lo.

No entanto, ortografia é uma questão de política linguística, e não poderia ser resolvida de outra forma. Tanto que até hoje não se conseguiu implementar um único acordo sequer, apesar de mais de um século de tentativas.

13. Sobre o livro A Nova Ortografia da Língua Portuguesa

Trata-se de um livro dirigido a um público misto, mas de nível superior: estudantes e profissionais de Letras e áreas afins.

É um material preparado para colocar o estudante e o profissional da língua escrita (professores, redatores, revisores, escritores etc.) bem informados sobre a ortografia da língua portuguesa. Não é um livro que trata apenas das novidades, que são poucas, mas da ortografia como um sistema completo, pois é raro encontrar-se uma faculdade de Letras ou de Comunicação que inclua a disciplina específica de Ortografia na grade curricular, para que o profissional estude sistematicamente esse tema.

Além de trazer em destaque “o que mudou para os brasileiros com

o novo acordo ortográfico” e uma síntese do “princípio básico da acentuação gráfica” da língua portuguesa, o livro traz uma cronologia da história da nossa ortografia, documentos oficiais relativos ao acordo, assim como o texto completo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, seguido de comentários, notas explicativas e bom número de exercícios, seguidos dos respectivos gabaritos.

Seria demasiado pretensioso afirmar que imagino responder a todas as principais dúvidas sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, principalmente porque não se trata de uma “Lei” conclusiva, mas de uma proposta, com aberturas para decisões posteriores, como são as que ainda estão sendo tomadas pela equipe do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que resultará, depois de publicado, em um vocabulário único e ampliado, que incluirá palavras específicas do português de Portugal, de Angola, de Moçambique etc., assim como suas variantes cultas nas diversas regiões ou países.

Partidário da positividade, procuro mostrar principalmente os pontos positivos da nova ortografia, tentando levar meus colegas a encontrarem uma forma simples de repassar essas informações a seus colegas e alunos.

A Nova Ortografia da Língua Portuguesa sugere soluções para os principais pontos ambíguos ou simplesmente os aponta, pois as ambiguidades ocorrem exatamente por não ter havido uma segunda leitura (com outro ponto de vista) sobre o problema em questão.

Referências

FARACO, C. A. A imprensa e o Acordo Ortográfico. In: CBN Curitiba, 15/01/2009. Disponível em: http://www.cbncuritiba.com.br/index.php?pag=noticia&id_noticia=20960&id_menu=148.

------. Nova ortografia. In: CBN Curitiba, 25/05/2008. Disponível em: http://www.cbncuritiba.com.br/index.php?pag=noticia&id_noticia=16404&id_menu=148&conjunto=&id_usuario=¬icias=&id_loja

PERINI, M. A. O novo acordo ortográfico. In: Letra Magna: Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura, ano 5, n 10, 1º semestre de 2009. Disponível em <http://www.letramagna.com/marioperini.htm>

SILVA, J. P. da. A nova ortografia da língua portuguesa. Niterói: Impetus, 2009.

VIANA, A. R. G. Ortografia Nacional. Lisboa: Tavares Cardoso, 1904.